

DAS DISCUSSÕES EM TORNO DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA ÀS DIRETRIZES CURRICULARES.

Armando Rocha Jr.

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo: O processo de revisão e atualização da formação em Psicologia no Brasil, embora tenha se arrastado por algumas décadas, parece que está chegando ao seu fim. Nesse sentido, inúmeros movimentos que buscavam a modernização curricular ocorreram de 1970 para cá, após o período crítico vivido pela Psicologia durante o regime repressivo instalado com o golpe militar de 1964. Contudo, esses movimentos não passaram de meros acréscimos de disciplinas à estrutura do currículo vigente. A década de 80 pode ser considerada a mais calma e passiva para a formação profissional, enquanto, a partir de 1990, com a maior união entre os Conselhos Federal e Regional de Psicologia e também com a aproximação destes aos profissionais e estudantes de Psicologia observou-se a mais consistente arrancada para a completa reestruturação curricular da Psicologia. Essa arrancada culminou com o documento "Diretrizes Curriculares Para os Cursos de Graduação em Psicologia" elaborado por uma comissão de Especialistas nomeada pelo MEC. Tal documento encontra-se em discussão final junto a comunidade que tem na Psicologia o seu elo comum.

Palavras-chaves: Psicologia, Diretrizes Curriculares, Formação Profissional.

DISCUSSION ON PSYCHOLOGY GRADUATE LEADING TO ITS CURRICULAR ADDRESSING.

Abstract: Although the revision and updating process on psychology graduation has endured some decades in Brazil, it seems to be nearing its end. Therefore, several happenings searching for a curricular renewal have occurred since 1970. They have emerged after a critical period psychology surpassed during the repression installed by the military coup in 1964. Nevertheless, these happenings have contributed to nothing other than simply providing the addition of disciplines to the curricular structure then in force. The 80s may be considered as the quietest and most passive decade for professional graduation. On the other hand, during the 90s it has been observed a more consistent survey leading to a complete curricular restructure on the psychology field. The fact is probably due to the assembly of both Federal and Regional Psychology Counselling and also to the approach among professionals and students of the area. The survey gave rise to the document: "Curricular addressing to the Graduation Courses on Psychology", and it was evolved by an expert commission appointed by MEC (The Department of Education, Health and Welfare). Such a document is under ultimate discussion throughout the community, which embraces psychology as its common link.

Keywords: Psychology, Curricular Addressing, Professional Formation.

Da Regulamentação da profissão até meados da década de 90.

A profissão de psicólogo foi criada em 1962, através da lei 4.119 de 27/08/62, momento em que já existiam alguns cursos de Psicologia em níveis de graduação e especialização. Nessa época, também já existia a Associação Brasileira dos

Psicólogos, criada em 1954, com sede no Rio de Janeiro. O primeiro currículo mínimo oficial, fixado pelo Conselho Federal de Educação, em 1963, expressava uma visão daquilo que se ensinava nesses cursos e da prática profissional em Psicologia, exercida, especialmente, por pedagogos.

Essa prática era desenvolvida, principalmente, em instituições, uma vez que o trabalho em consultórios, segundo CHAVES (1992), era bem restrito, em razão da inexistência de cursos de Psicologia. Nas instituições, a prática da Psicologia estava voltada à doença mental e ao ajustamento educacional. Trabalhavam profissionais formados no estrangeiro e aqueles que, tendo realizado aqui cursos superiores, em especial nas áreas de Educação, de Filosofia e das Ciências Sociais, passavam a trabalhar realizando aplicações de Psicologia, complementando desta forma, através das experiências diárias, a sua formação acadêmica.

Nessa época, em São Paulo existiam somente os cursos da PUC e da USP. A partir do primeiro currículo mínimo oficial e, portanto, da regulamentação da profissão, ocorreu sua ampliação extraordinária, principalmente, nas áreas clínica e de psicometria. Tal expansão procurava preencher os espaços de uma sociedade carente quanto aos serviços de Psicologia atendia às próprias instituições que começavam a valorizar o trabalho dos profissionais de Psicologia. Além disto, com a primeira turma do curso de Psicologia, formada pela PUC do Rio de Janeiro, em 1960, as várias especialidades começaram a aparecer, tanto nas atividades práticas quanto em reuniões científicas, indicando, assim, a consolidação da profissão.

Com o golpe militar de 1964 e a instalação no país de um regime repressivo, o avanço da Psicologia e suas conquistas foram logo retardadas, pois o Ministério da Educação decidiu fazer mudanças nos currículos. Essas mudanças, aparentemente sutis, baseavam-se, principalmente, na valorização de disciplinas próprias das Ciências Biológicas, em detrimento daquelas vinculadas às Ciências Humanas,

especialmente, a “Filosofia” e a “Sociologia”. Além disso, a disciplina de “Psicologia Comunitária” foi incluída no currículo mínimo. Tal disciplina sempre teve sua importância reconhecida, tanto que está sendo incluída, atualmente, em vários currículos plenos. Contudo, naquela época, seus objetivos foram manipulados pelo governo, que pretendia com isso o desenvolvimento de técnicas que possibilitassem a manipulação de massas, penetrando-se em diversos grupos da sociedade, com o intuito de convencê-los à prática do Estado. Em 1969, houve uma corrida em direção à criação dos cursos de Psicologia em razão da reforma universitária, que permitiu um aumento expressivo no número de faculdades particulares.

Em 1970, já tinham sido criados vários cursos da rede privada, tanto na capital quanto no interior, cursos que, com algumas exceções, permanecem ativos até hoje. No entender de CHAVES (1992), essa expansão foi muito ruim para a ciência e para a profissão, pois surgiram escolas sem que houvesse controle, com baixa qualidade de ensino propiciando formação muito precária para os estudantes.

Desde 1963, quando o primeiro currículo oficial foi fixado pelo Conselho Federal de Educação, até 1994, os psicólogos sempre se mostraram incomodados quanto a própria formação. De acordo com Rocha Jr. (1996), nesses trinta e um anos, houve pelo menos dois momentos fortes de transformação: o primeiro, entre 1970 e 1980, com a tentativa de se reestruturar o currículo, que acabou não passando de um “acréscimo” de disciplinas; o segundo, agora, período correspondente entre 1991 e 1999, quando as discussões parecem mais fundamentadas e capazes de unir os profissionais em torno também da formação profissional, embora seja

prematura a discussão de resultados ainda inconclusos.

Entretanto, é fato que, desde 1991, vem-se discutindo intensamente a forma de se administrar e coordenar a Psicologia no Brasil. Também é perceptível que os Psicólogos desejam uma revisão profunda no modelo de formação profissional e nas entidades que os representam, exigindo uma redefinição de papéis e de funções no mercado profissional, seja nas instituições públicas, seja nas privadas.

Com base na análise dos fatos e discussões que objetivavam as mudanças em relação ao currículo mínimo até o início de 1994, observou-se que, durante toda a década de 70, o que se conseguiu, realmente, foi a inclusão e a retirada de algumas disciplinas dos currículos, a exemplo da "Filosofia", da "Antropologia", da "Sociologia", dentre outras, sob a alegação de que a formação seria mais crítica e condizente com a realidade brasileira. Também se assistiu à tentativa forte, mas frustrada, de se mudar o currículo do MEC, havendo, nesse episódio, uma grande oposição, feita por profissionais e estudantes dos cursos de Psicologia do Brasil inteiro.

Segundo Rocha Jr. (1996), na década de 80, a formação profissional foi acometida de certa calma e passividade, assistindo-se a pequenas mudanças, quase ajustes individuais de currículos sem qualquer expressão regional ou nacional.

Já a partir de 1990 e até os dias de hoje, os próprios órgãos representativos dos psicólogos - Conselho Federal e Conselhos Regionais - finalmente, atendendo à vontade de mudanças de quase toda a categoria, tendem a mostrar um calendário de atividades bastante dinâmico. Começou em 1992, com o "I Encontro de Coordenadores de Curso de Formação de Psicólogos", destinado a ouvir os responsáveis pelos cursos de Psicologia das diversas agências

formadoras e, a partir daí, elaborar propostas de mudanças. Esse primeiro momento nacional de debates, conhecido como "Encontro de Serra Negra", além de amadurecer idéias, foi útil para a preparação do Congresso Regional Constituinte, principalmente, por oferecer os sete princípios norteadores para a formação acadêmica que são:

1. desenvolver a consciência política de cidadania e o compromisso com a realidade social e com a qualidade de vida;

2. desenvolver a atitude de construção do conhecimento, enfatizando uma postura crítica, investigadora e criativa, fomentando a pesquisa num contexto de ação-reflexão-ação, bem como viabilizando a produção técnico-científica;

3. desenvolver o compromisso de ação profissional cotidiana, baseada em princípios éticos, estimulando a reflexão permanentes destes fundamentos;

4. desenvolver o sentido de universidade, contemplando a interdisciplinariedade e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;

5. desenvolver a formação básica pluralista, fundamentada na discussão epistemológica, visando a consolidação de práticas profissionais, conforme a realidade sócio-cultural, adequando o currículo pleno e cada agência formadora ao contexto regional;

6. desenvolver uma concepção de homem, compreendido em sua integralidade e na dinâmica de suas condições concretas de existência;

7. desenvolver práticas de interlocução entre os diversos segmentos acadêmicos, para a avaliação permanente do processo de formação.

(Fonte: Jornal do CRP - Setembro/Outubro 1992)

No Congresso Regional Constituinte, realizado em maio de 1994, portanto, dois anos após o "Encontro de Serra Negra", esses princípios foram mais bem discutidos e, posteriormente, transformados em propostas capazes de repensar, entre outros pontos, a formação profissional. Na realidade, ou melhor, na prática, o Conselho Regional Constituinte, embora tenha produzido propostas, foi uma etapa preparatória, como já explicitado para o Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, que tinha, também como objetivo, rever a formação dos seus profissionais - preocupação acentuada desde 1992, com o "Encontro de Serra Negra".

No Congresso Nacional Constituinte, agosto de 1994, ocorreram novas discussões sobre as propostas oriundas do Encontro de Serra Negra. A verdade é que, em relação à formação profissional, pouco se avançou, talvez por esse tema ter ficado para o último dia do Congresso, não havendo mais tempo para aprofundamentos. O que se fez de prático foi tomar algumas decisões para implementação imediata e criar dois princípios de ação:

1. A formação deverá ser básica e consistente, mantendo a concepção do psicólogo generalista e abrangendo as variadas abordagens psicológicas e áreas de atuação.

2. A formação para desenvolver a postura científica, sempre voltada à produção de conhecimento, encarando a Psicologia como algo não acabado e respeitando a interdisciplinariedade com outras áreas.

(Fonte: *Jornal do CRP - 06 - Setembro/Outubro - 1994*)

Além disso, chamou a atenção, no Congresso Nacional de Psicologia, a forma de condução das propostas acerca da Psicologia, na medida em que se pôs de lado o antigo conceito de fiscalização

individual para se pensar a formação em termos do conjunto constituído pelas escolas.

Como se pode observar, de 1992 quando da regulamentação da profissão de psicólogo até meados da década de 90, uma série de discussões foram realizadas acerca da nova profissão e, a partir daí, um novo rumo começou a ser delineado dia-a-dia.

Os passos finais para a reestruturação curricular da graduação em Psicologia e a divulgação das primeiras propostas concretas.

A partir de 1995, os psicólogos e, principalmente, as agências formadoras estão enviando, a pedido dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia, propostas para reestruturação curricular dos cursos de graduação em Psicologia.

Em 1998, foi instalada uma Comissão de Especialistas indicada pelo SESU - Ministério da Educação com a missão de estudar e propor uma nova direção à formação em Psicologia. Os resultados do trabalho desta Comissão já se faz sentir, tanto é que, em maio de 1999, os responsáveis pelos cursos de Psicologia no Brasil receberam uma minuta das Diretrizes Curriculares da Graduação em Psicologia, encaminhada pela referida comissão de especialistas. Trata-se de um material denso, contudo, reconhecidamente útil para aqueles que possuem a responsabilidade de conduzir ou instalar cursos de Psicologia no Brasil.

O documento sobre as novas "Diretrizes Curriculares da Psicologia", em fase de discussão e aperfeiçoamento, inclusive por pesquisadores e profissionais que apresentaram parecer solicitado pela Sociedade Brasileira de Psicologia (1999), trata das três etapas da formação em Psicologia: Licenciatura, Bacharelado e Formação de Psicólogo. Explicita uma grande importância a cada

uma dessas etapas e, o melhor, sempre oferecendo uma definição clara dos seus respectivos objetivos. Além das três etapas da formação em Psicologia, outros aspectos também poderão ser destacados a partir das novas "Diretrizes Curriculares de Graduação em Psicologia". Como exemplo tem-se:

- A identidade da Psicologia começa a ser estruturada desde o núcleo comum proposto para os cursos, ou seja, as competências, as habilidades e os conteúdos, da formação em Psicologia, até os perfis - profissional psicólogo, pesquisador ou professor de Psicologia - que farão parte da estrutura formal dos cursos de Psicologia
- Os diversos graus de habilitação - Bacharel, Licenciado e Psicólogo - serão de livre escolha dos alunos para cursá-los e Instituições de Ensino Superior (IES) para oferecê-los, possibilitando maior liberdade à organização curricular que, de uma vez por todas, vê-se livre das amarras do currículo mínimo que incomodavam as estruturas dos cursos desde a década de 60.
- A proposta de existência de um núcleo comum durante a graduação que vai, sem dúvida, implantar e valorizar, na prática, a pesquisa, o pesquisador, a produção de novos conhecimentos e o senso crítico, deixando para um segundo plano a simples reprodução daquilo que já existe.
- A valorização do bacharelado, até aqui de utilidade discutível e objetivos pouco claros nos cursos de Psicologia, principalmente, porque esta etapa da formação é a responsável pela formação do pesquisador, um dos perfis que poderão ser colocados à disposição dos alunos pelas IES.
- A clara referência à formação generalista na graduação sem, contudo, transformá-la em "colcha de retalhos",

deixando nítido que a especialidade ficará por conta dos cursos de pós-graduação que deverão ser propostas a partir da graduação.

- destaque à Ética ao longo de todo o texto do documento "Diretrizes Curriculares de Psicologia".
- A valorização da formação prática do aluno através de estágios supervisionados, possibilitando que erros ou equívocos sejam elucidados ainda durante o período da formação.
- A clareza sobre a efetiva duração dos cursos de Psicologia. A proposta traz nítida posição de que os cursos diurnos deverão possuir 5 anos de duração, colocando-se, frontalmente, contra a posição da "Lei das Diretrizes e Bases da Educação" que demonstra uma preferência por cursos de graduação bem mais curtos. Essa posição contida nas "Diretrizes Curriculares" contempla, assim, os anseios da grande massa de psicólogos, psicólogos-professores e alunos em geral.

Outros dois pontos são destacados pelo documento "Diretrizes Curriculares": avaliação dos cursos tanto para autorização de funcionamento quanto para o reconhecimento e renovações de reconhecimento; avaliações internas para possíveis aprimoramentos dos conteúdos, das dinâmicas dos cursos e das próprias instituições.

Considerações Finais.

Frente a tantos pontos importantes para a Psicologia como ciência e profissão, pode-se dizer que, após quase 30 anos de lutas constantes, algumas sem qualquer consequência importante e outras fundamentais para conscientizar aqueles que, de alguma forma, estão ligados à formação do graduado em Psicologia sobre a necessidade de

reorientar essa formação, estamos diante da mais concreta possibilidade de ver, após discussão nacional, muito brevemente implantada uma proposta que parte do pressuposto lógico e integrador em que poderá se ter em perfeita harmonia tanto quanto a atuação do profissional psicólogo, quanto no tocante ao ensino e à pesquisa em Psicologia.

Referências Bibliográficas.

- CHAVES, A.M. (1992) Trinta anos de regulamentação: análises e depoimentos. Psicologia: Ciência e Profissão 12 (2): 4-9.
- ROCHA JÚNIOR, A. (1996) Currículos de Psicologia : uma análise crítica. São Paulo, 204 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Mackenzie.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA (1999) Análise das Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia. Ribeirão Preto.

Contatos: *Universidade Presbiteriana Mackenzie*
Faculdade de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Rua Itambé, 145 – Prédio 14 - 1º andar
Higienópolis – São Paulo – SP
01239-902
e-mail: psicologia@mackenzie.br